

Ata da sessão extraordinária da Câmara Municipal de Amarante, Estado do Piauí, realizada no dia 17/12/2021, às 20:30.

Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um (2021) às 20:30 horas, Republica Federativa do Brasil, á Av. Desembargador Amaral, 214, reuniram-se extraordinariamente os membros Legislativo municipal para deliberarem sobre matéria constante da ordem do dia. Após o Sr. Presidente da mesa vereador Sebastião da Silva Campelo, ocupar seu lugar convidou o segundo secretário da mesa vereador Márcio Vilarinho Prado, foi feita a chamada dos vereadores presentes: Cinara Teresa Queiroz Granja Soares; Clara das Dores Brandão Silva Neiva; Clistenes Veloso Moura; Francisco Pereira da Silva; José Itamar da Silva; Luan Carlos dos Santos Brandão; Luiza Rodrigues de Moraes Neta, que assinaram o livro juntamente com o Sr. Presidente e respectivo secretário. Verificado número legal para deliberações o Sr. Presidente declara aberta a sessão com a seguinte frase "Sob a proteção de Deus damos início aos nossos Trabalhos." Em seguida o Sr. Presidente apresentou o Projeto de Lei nº 014/2021 PMA, que dispõe sobre a autorização de pagamento de abono salarial para os profissionais da educação pública vinculados a secretaria de educação de Amarante- Pi e dá outras providências. A matéria foi amplamente discutida entre seus pares e apresentando amplo argumento a respeito da matéria. Em seguida o Sr. Presidente levou a matéria em votação, onde foi aprovada por unanimidade dos vereadores presentes na respectiva sessão. Logo em seguida o Sr. Presidente apresentou Projeto de Lei nº 015/2021 PMA, que dispõe sobre a Reorganização da Estrutura Administrativa e Funcional da Prefeitura Municipal de Amarante, Estado do Piauí, e de suas secretárias , institui cargos em comissão e funções de confiança e dá outras providencias. O Sr. Presidente convidou o Pastor Josineide Soares representante do poder executivo para fazer parte da mesa, o qual foi indicado pelo Prefeito Municipal, e o mesmo faz parte da secretária de administração para responder os questionamentos dos senhores vereadores, relacionado a reforma administrativa do município e o mesmo está apto a responder todas as perguntas, o Sr. Presidente referiu-se a Presidenta do Sindicato do Servidor Público Municipal de Amarante (Sindserma) Srº Arisdene Veloso que conforme Regimento Interno da Casa Legislativa, que segundo o regulamento para ter direito a fala é preciso se inscrever cinco dias antes. O Presidente da mesa franqueou a palavra aos vereadores presentes, onde o vereador Clistenes Veloso Moura, uso da palavra, após cumprimentar seus pares, onde frisou que tomou conhecimento do citado projeto no inicio da sessão e solicitou do representante do Poder Executivo que retire a organização, e que o mesmo verificou que há algumas funções não está apta a ser votada, e que a Lei Orgânica não permanece, e sugeriu que se reunissem com o secretário de administração e fizesse um ajuste ou encaminhasse uma reforma. O mesmo continuou com a palavra demonstrando sua indignação em relação ao quadro de funcionários da educação que segundo o mesmo é ilegal o que está sendo discutido e votar. E na oportunidade alguns colegas vereadores tomaram parte da discussão, dando opiniões em relação ao projeto em discussão. O Pastor Josineide Soares, usou a palavra e comentou que está preparado para falar a respeito da reforma estrutural e não do abono salarial, que conforme a nova administração do citado projeto, e tudo que esta sendo feito e conforme o organograma de 2001 com acréscimo, e no ano de 2005 foi acrescentado um pouco mais, e logo perceberam a necessidade de um novo organograma do município, e na ocasião foi criado novas secretarias, secretarias essas que cabem em nosso município. O mesmo ainda com a palavra frisou que o município tem crescido

bastante é nítido e muito importante á nova reforma administrativo e o novo organograma. E que conforme as palavras do vereador Clistenes quando argumentou que a questão em pauta é para melhorar os salários dos servidores, e o novo organograma vai servir para outros gestores. Ainda com a palavra a representante do gestor municipal Sr. Pastor Josineide apresentou uma ampla explanação detalhada a respeito do citado projeto, e foram feitos questionamentos de alguns parlamentares, em partes os quais se manifestaram decorosamente e fazendo argumentações e recebendo satisfatórias respostas do mesmo. Alguns vereadores continuaram a discutir a questão do organograma em discussão. O vereador Clistenes Moura, voltou a usar a palavra, comentou da ilegalidade do projeto em discussão e que a reforma administrativa ela esta contraviando a Lei Orgânica do Município. O presidente da mesa reportou- se sobre as palavras do vereador que antecedeu Clistenes Moura, que o mesmo entende suas observações, e respeita seu posicionamento e que não tem nada contra suas colocações e o citado projeto em discussão foi apresentado dentro do prazo legal, foi publicado o edital de convocação, o parecer dos projetos foram feito tudo na legalidade, e quanto ao projeto o mesmo estava disponível na Casa Legislativa, acesso aos senhores vereadores, e agora dizer que o projeto e ilegal, baseado em que esta concluído. O vereador Clistenes Moura frisou que vai entrar judicialmente pedindo avaliação do organograma. O Sr. Presidente convidou a Presidenta da Sindicato dos servidores Públicos municipal, Sr Arisnede Veloso, que usou a palavra e apresentou diversos argumentos relacionados aos projetos acima citados e discutidos, e recebendo apartes de alguns vereadores. Em seguida o Sr. Presidente comentou que discordou plenamente de suas colocações, e o mesmo decidiu colocar o projeto em votação e se, digo, e o vereador decide se vota a favor ou contra. O vereador Clistenes novamente voltou a usar a palavra e frisou que o projeto é ilegal e Dr. Talmir não tem capacidade do que os vereadores na Casa Legislativa, e solicitou que suas palavras fossem registradas em atas, e fique registrado para que seja anexada junto a Justiça Federal. O Sr. Presidente comentou que na próxima do próximo ano, que ira convocar o assessor jurídico Dr. Talmir para esclarecer o projeto está ilegal ou legal. Em seguida o Sr. Presidente colocou o projeto em votação baseada no parecer técnico jurídico, onde o relator da comissão vereador Luan Brandão apresentou parecer favorável a matéria depois de toda discussão a matéria foi levada a votação, sendo aprovada por oito votos. Em seguida o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão, mandando que fosse lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos membros da mesa e demais vereadores. Sala de sessões da Câmara Municipal de Amarante- Pi, 17 de Dezembro de 2021.